

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

1 No dia 05 do mês de agosto de 2021, às 13h:30min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 6ª
3 Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos Legais e de Gestão, não
4 presencial, via plataforma de videoconferência, tendo como pauta os seguintes
5 assuntos: **1 - Apresentação e Leitura da pauta; 2 - Discussão referente à proposta**
6 **de apresentações periódicas sobre o Contrato de Gestão 03 GUANDU/BIG; 03 -**
7 **Inserção da discussão referente à revisão da lei de aplicação dos recursos**
8 **oriundos da cobrança, no cronograma da CTIL-G; 4 - Assuntos Gerais.** Às
9 13h:30min a Coordenadora de Núcleo da Secretaria Executiva Fátima Rocha (AGEVAP)
10 anunciou que não havia quórum e a segunda chamada se daria às 14:00hs. Às 14:00hs
11 Fátima Rocha (AGEVAP) comunicou a existência de quórum à Coordenadora Mayná
12 Moraes (CEDAE-Saneamento) que deu início a reunião solicitando à Fátima Rocha
13 (AGEVAP) a leitura das regras e orientações da reunião e em seguida Mayná Moraes
14 (CEDAE-Saneamento) solicitou a leitura do primeiro item da pauta: **1- Apresentação e**
15 **Leitura da pauta:** a leitura da pauta não teve observações entre os membros presentes
16 à reunião e em seguida Mayná Moraes (CEDAE-Saneamento) falou sobre o item da
17 pauta: **2 - Discussão referente à proposta de apresentações periódicas sobre o**
18 **Contrato de Gestão 03 GUANDU/BIG:** disse que Nelson Reis (OMA-Brasil) -
19 coordenador do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – GACG vai fazer
20 uma explanação para que a Câmara possa se apropriar do que está sendo discutido
21 para que se possa fazer um acompanhamento conjunto; e continuou falando sobre o
22 item 3 da pauta, afirmando que Hendrik Mansur (TNC) vai falar a respeito e que seja
23 avaliado, enquanto Câmara Técnica, a possibilidade de inserção da discussão no plano
24 de trabalho, tendo em vista que é um assunto que vai vir a tona e que poderia ser
25 importante que a Câmara Técnica avaliasse e se apropriasse para inserir no
26 cronograma. Em seguida, passou a palavra que Nelson Reis (OMA-Brasil) falasse sobre
27 o item 2. Nelson Reis (OMA-Brasil) disse que desde que ele participa do Comitê, o
28 assunto Contrato de Gestão fica geralmente no âmbito da diretoria porque as demandas
29 vêm sempre em cima da hora. Antes de participar da diretoria ele já havia sido indicado
30 ao GACG. O Contrato 03 era só o Guandu e depois veio agregar o Baía de Ilha Grande.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

31 O contrato 03 está partindo para o 9º aditivo e uma das dificuldades era termos um
32 instrumento consolidado; Falou que, depois de grande discussão, foram informados que
33 para efeito de contrato isto não é aplicável. Chegaram a um acordo que o INEA tão logo
34 tenha os aditivos assinados, “eles” vão sistematizar o envio do “consolidado” para
35 membros do GACG e para a AGEVAP. Disse que na última revisão, leu todo o trabalho
36 fazendo comparação com o que estava vigente e com o que vinha sendo composto no
37 aditivo 8 e no final as coisas não bateram. O que seria preciso agora? Tudo que foi
38 adotado até hoje no contrato de gestão só teve um olhar, que é atender os aspectos
39 legais referentes ao órgão gestor e em algumas situações ao prestador de serviço que
40 é a AGEVAP. Como isto não passava por um crivo de uma Câmara Técnica e do Comitê
41 como um todo, algumas coisas foram deixadas de lado. O que está sendo indicado agora
42 para que a câmara técnica se debruce: Em cima da minuta vigente do contrato de
43 gestão, uma abordagem artigo a artigo. Importante porque tem alguns elementos que
44 são limitadores. Foi criado um grupo integrado com os grupos de acompanhamento
45 GACG Guandu-BIG, com participação de membros da AGEVAP. São discutidas
46 algumas coisas lá e os produtos são enviados para a Secretaria Executiva para
47 conhecimento da diretoria e da plenária. Esta última avaliação de Relatório de Execução
48 já tem indicações feitas e cabe a CTIL-G se debruçar sobre este material e discutir artigo
49 a artigo para que o GACG possa propor uma nova versão para um novo aditivo. Uma
50 das preocupações que o grupo precisa ter e estudar com carinho é principalmente sobre
51 as atribuições da Comitê. “As atribuições dos Comitês estão bem capenga” logo,
52 importante que tenha uma Resolução que norteie as ações dos integrantes do grupo de
53 acompanhamento do contrato de gestão - GACG. São muitas responsabilidades que o
54 grupo precisa assumir e é importante que o Comitê tenha este conhecimento. Foi levada
55 esta discussão ao Fórum Fluminense e discutidas lá propostas comuns aos outros
56 comitês do estado do Rio de Janeiro. Tem uma série de elementos que precisam ser
57 melhor qualificados para o que sair das atribuições do comitê para que se possa traduzir
58 de forma clara em resolução, o que cabe para acompanhamento do GACG. Foram
59 apontadas necessidade de a cada 3 (três) meses estar interagindo com a AGEVAP e
60 com a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão que é composto por vários

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

61 membros do órgão gestor e do CERHI. Isto tem que estar previsto na resolução para
62 que viabilize estas práticas, para gente afinar alinhamento com os outros entes que é o
63 AGEVAP e o INEA. Outra proposta é a revisão dos critérios de avaliação; aqueles
64 formulários enviados aos membros, para que exerça efetivamente o seu papel de avaliar.
65 No meu ponto de vista, aquele formulário como está não serve para nada. Tem uma
66 série de coisas que a gente precisa rever e isto nunca foi discutido no âmbito do comitê.
67 A gente precisa rever e definir o papel dos atores para que seja possível estabelecer
68 metas para cada um deles. Mayná Moraes (CEDAE-Saneamento) disse que este Grupo
69 de Acompanhamento é extremamente importante, mas que realmente ele não fala pelo
70 comitê; é instância que responde para instâncias do comitê no sentido de subsidiar, não
71 fala pelo comitê em instâncias externas ou algo do tipo. É preciso trazer como subsídio
72 para que se possa efetivamente trazer propostas, discutir a nível da plenária e aí sim
73 trazer a discussão para o externo. Viviane Carvalhosa (NUCLEP) disse que é preciso
74 entender o limite de atuação: Como fazer este acompanhamento e como conhecer de
75 perto o acompanhamento do Contrato de Gestão. É curto o tempo que se tem para
76 avaliação. Moema Versiani (INEA) agradeceu o convite para participar da reunião. Disse
77 que quer criar o espaço de diálogo com o grupo de acompanhamento para que as
78 informações cheguem mais palatáveis para o Comitê. No último aditivo, o Nelson Reis
79 (OMA-Brasil) contribuiu muito e o INEA procurou absorver o máximo que era viável no
80 contexto que a gente se encontra. Disse que gostariam que o Comitê os procurasse
81 sempre que tiver dúvida. Quando for pautado alguma discussão, o INEA tentar participar
82 para esclarecer. Comentou que a procuradoria avaliou a minuta e que passou rápido.
83 Está bem embasado e eles recomendaram que se faça uma versão consolidada, ainda
84 que informal e que constem do processo e isso será feito. Este aditivo foi um aditivo
85 muito específico para adequar o contrato ao decreto 47.505/2021 que regulamenta o
86 Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Ele muda o fluxo de repasse de recursos. O
87 Recurso do Comitê, que é da cobrança pelo uso da água, que é de 90%, vai ser
88 repassado de forma automática e não mais sendo pedido. Com isto se espera que não
89 tenha mais saldo no final do ano na subconta do comitê para que não tenha o corte que
90 a emenda constitucional de 2019 fez com o fundo. Este aditivo foi para adequar o novo

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

91 fluxo de repasse. Como é uma coisa muito específica, a gente fez por aditivo de contrato.
92 Mas objetivo é fazer um novo contrato porque até hoje, mesmo o contrato tendo 10 (dez)
93 anos de vigência, se usou a experiência do contrato do CEIVAP. Hoje, se quer um
94 modelo onde os 3 (três) signatários do contrato já estão mais maduros. Se quer um
95 contrato mais com a nossa cara. Não tinha tempo hábil para fazer isto este ano porque
96 precisava adequar o fluxo de repasse que era a prioridade absoluta. Está na agenda
97 fazer isto para o ano que vem. Haverá um contrato zerado, não mais um contrato cheio
98 de aditivos. Mayná Moraes (CEDAE-Saneamento) pontuou que a Plenária solicitou fazer
99 acompanhamento periódico com o GACG, e sugeriu se estabelecer alguns momentos
100 para que continuem fazendo isto, trazer mais vezes o Grupo e o pessoal do INEA e que
101 se tenha mais datas para que possa ter acompanhamento disto. Hendrik Mansur (TNC)
102 disse que o Contrato de Gestão é peça chave para gestão de recursos hídricos, sendo
103 preciso criar um fluxo dentro do Comitê para que esta discussão seja fortalecida. Os
104 membros que representam o Comitê nesta comissão, neste grupo de trabalho do
105 Contrato de Gestão tem que trazer esta demanda para a CTIL-G, isto via Plenária e
106 diretoria e já chegou. O que tem que fazer, primeiro: Trazer uma apresentação do
107 Contrato de Gestão e já com as dúvidas ou pontos importantes para ser analisados, para
108 se entender. A medida que o fluxo for funcionando a CTIL-G vai discutir pontualmente
109 algo que este grupo de trabalho em Contrato de Gestão venha trazer isto para dentro do
110 comitê. Logo, terão todo o respaldo e todo o apoio técnico para estar representando o
111 comitê neste grupo. Na próxima reunião precisa ter a pauta e o grupo tem que trazer
112 uma apresentação. Quem está dentro do grupo do comitê, que representa o Comitê, tem
113 que trazer apresentação, um material para iniciar uma discussão pontual. Nelson Reis
114 (OMA-Brasil) disse que isto já foi feito. O material da reunião é este relatório. Mayná
115 Moraes (CEDAE-Saneamento) disse que eles esperavam uma apresentação para se
116 entender um pouco mais estes detalhes do contrato. O primeiro passo é que na próxima
117 reunião inicie com o GACG de uma maneira mais geral e este possa trazer apresentação
118 sobre o contrato e os pontos que já detectaram. Já se têm o Relatório, mas vai ser
119 importante para a Câmara Técnica e para que se possa disseminar melhor o nível de
120 entendimento de todos os membros. Nelson Reis (OMA-Brasil) recomendou a todos a

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

121 leitura do relatório para uma visão geral. Em seguida Gilvoneick de Souza (Defensoria
122 Sócio Ambiental) reclamou sobre as “Atribuições capenga e em cima da hora”
123 mencionada na reunião e ressaltou que o comitê não é coadjuvante, o comitê faz parte
124 do processo. Decorridas as ponderações, Mayná Moraes (CEDAE-Saneamento), de
125 acordo com os entendimentos desenvolvido pelos presentes solicitou a Fatima Rocha
126 (AGEVAP) a leitura dos seguintes encaminhamentos gerados: 1 – Trazer para a reunião
127 CTIL-G uma apresentação sobre o Contrato de Gestão e os apontamentos do Grupo de
128 Acompanhamento do Contrato de Gestão; 2 – Montar cronograma de apresentações
129 periódicas do GACG na CTIL-G; 3 – Reenvio dos Relatórios do CG e do GACG. Os
130 encaminhamentos foram aprovados pelos 4 (quatro) membros presentes no momento:
131 Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento); Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA);
132 Hendrik Lucchesi Mansur (TNC); Jonathas Acácio Ramos Gonçalves (PM Rio Claro).
133 Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) passou ao próximo item de pauta **03 - Inserção**
134 **da discussão referente à revisão da lei de aplicação dos recursos oriundos da**
135 **cobrança, no cronograma da CTIL-G** e solicitou para Hendrik Mansur (TNC) detalhar
136 a situação. Hendrik Mansur (TNC) falou que conforme legislação, 70% dos recursos
137 arrecadados do saneamento tem que voltar para investimento em saneamento. Com a
138 privatização ou parte da privatização do serviço de saneamento há necessidade de
139 revisão desta lei, uma vez que nesta privatização serão instituições privadas e que o
140 comitê nem pode aplicar recursos em instituição privada, nossa lei de recursos hídricos
141 não permite isto. Disse preocupar-se com a vulnerabilidade do sistema recursos
142 hídricos; uma delas é a não aplicação dentro da velocidade necessária para restauração
143 da bacia. Elaboração de lei não é competência do Comitê, mas o Comitê como membro
144 do sistema de recursos hídricos pode ser proativo e discutir o assunto aqui, assim como
145 estar formulando uma minuta para ser apresentado aos órgãos competentes. Com a
146 privatização, a configuração do saneamento no estado do Rio de Janeiro mudou é
147 necessário refletir sobre isto e adequar a situação atual. Fatima Rocha (AGEVAP)
148 informou que não havia mais quórum. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) propôs
149 que quando isto vier na próxima pauta, que se incluísse esta discussão para novembro
150 para que o grupo já ir se debruçando sobre isto. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO – CTIL-G – 05/08/2021

151 agradeceu as contribuições e encerrou a reunião às 15h26min. Eu, Kleiton Gomes
152 (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue assinada por:

153
154
155

Mayná Moraes Coutinho
Moraes (CEDAE-SANEAMENTO
Coordenador

Rodrigo Santos Hosken (ABES)
Subcoordenador

156

157 **Membros Presentes:** Sabina Campagnani (Furnas), Mayná Moraes Coutinho Moraes
158 (CEDAE-Saneamento); Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA); Hendrik Lucchesi
159 Mansur (TNC); Jonathas Acácio Ramos Gonçalves (PM Rio Claro);

160 **Membros Ausentes:** Rinaldo José da Silva Rocha (Light), Letícia Ferraço de Campos
161 (Ternium); Rodrigo Santos Hosken (ABES); Jaqueline Guerreiro Aguiar (Oma Brasil);
162 Gisele Dornelles Pires (INEA); Antônio Orlando Izolani (PM Paracambi); Mario Luiz Dias
163 Amaro (PM Piraí);

164 **Convidados:** Gilvoneick de Souza (Defensoria Sócio Ambiental); Sergio Barruca Junior
165 (P.M. Itaguaí); Moema Versiani Acselrad (INEA); Marcio Franco (INEA); Nelson Reis
166 (OMA-Brasil - coordenador do GACG); Frederico (SEMADETUR); Viviane Carvalhosa
167 (NUCLEP (membro do GACG); Fatima Rocha (AGEVAP); Maria Adelaide (AGEVAP);
168 Kleiton Gomes (AGEVAP); Rayssa Duarte (AGEVAP).